



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

DECLARAÇÃO DE RIO BRANCO

“NOVOS CAMINHOS PARA ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA A EVENTOS EXTREMOS CLIMÁTICOS NA REGIÃO MAP (MADRE DE DIOS-PERU, ACRE-BRASIL, PANDO-BOLÍVIA), AMAZONIA SUL-OCIDENTAL”

No coração da Amazônia, formado pelo departamento peruano de **Madre de Dios**, o estado brasileiro do **Acre** e o departamento boliviano de **Pando**, aqui denominado de Região **MAP**, encontra-se em um momento decisivo na crise planetária que envolve não somente os eventos extremos climáticos, mas também os valores humanos em uma magnitude nunca vista antes. Junto com a crise vêm os planos de integração regional, os avanços em infraestrutura, os impactos de eventos extremos climáticos e as exigências por uma vida melhor nas sociedades da região, que criam demandas sobre os recursos naturais e seus ecossistemas.

O resultado é o território se convertendo cada vez mais em um cenário regional de mudanças globais, onde eventos extremos bioclimáticos, pobreza, fome, doenças, analfabetismo e a contínua degradação dos ecossistemas são causas de grande preocupação regional. Uma alternativa para contrastar essa difícil situação é a integração de iniciativas inovadoras relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, como propõe este documento. Com esta integração há a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das sociedades regionais, rurais, urbanas, indígenas e outras, bem como, conseguir uma melhor gestão dos ecossistemas e alcançar um futuro mais seguro. Esta integração exigirá solidariedade e colaboração efetiva dentro e entre as nações do MAP, assim como com a sociedade global.

O X Fórum MAP, realizado em Rio Branco, Acre, Brasil, no período de 9 a 11 de novembro de 2015, reuniu organizações acadêmicas, não governamentais, indígenas e de cooperação, assim como, governos locais, estaduais e nacionais da Região MAP, comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais. Durante o Fórum, buscamos novos caminhos com base nos princípios do desenvolvimento sustentável enunciados na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Agenda 21, no Plano de Implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção da Biodiversidade, na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na Declaração de Rio Branco de Mudança Global, no Marco de Ação de Hyogo, na declaração conjunta de treze academias nacionais de Ciências, no relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e na Encíclica Laudato Si do Papa Francisco.

Resultados

O X Fórum MAP congregou 477 participantes registrados dos três países (36 de Bolívia – 8%; 370 do Brasil - 78%; 66 de Peru - 14% e 5 - 1% de outros países – EUA, Alemanha, Chile e Argentina), representando mais de 150 instituições, dentre as quais, 50 instituições estaduais, 14 universidades, mais de 30 ONGs, 9 organizações indígenas e 1 organização internacional de



X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP” 9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil

cooperação. O Fórum organizou-se em cinco linhas estratégicas de ação, onde foram discutidos os seguintes temas: Gestão de Riscos Ambientais; Floresta, Solo e Água; Economia – Infraestrutura; Planejamento Regional e Uso da Terra; Direitos Humanos e Ambientais. Foram realizadas 23 palestras e 36 propostas de linhas de ação trinacionais.

Em cada uma das sessões foram apresentadas palestras motivadoras relativas ao estado atual das áreas temáticas e foram indicadas propostas de trabalhos com colaboração trinacional. Ao final foram feitas recomendações e indicadas linhas de ação. Um resumo destas encontra-se abaixo e a documentação detalhada está anexa. Apesar de tímidas – em vista da magnitude da crise civilizatória - estas linhas de ação são passos essenciais para a busca de soluções duradouras.

Linhas de ação do X Fórum da Região MAP

I. Mesa Temática de Gestão de Riscos Ambientais

I.1 Desenvolver medidas intercomparáveis e globalmente aceitas dos danos e prejuízos associados a eventos extremos na Região MAP. Sem esta contabilidade é impossível dimensionar programas de adaptação e mitigação para aumentar a resiliência de comunidades, cidades e regiões. Registrar a memória institucional para facilitar a busca de soluções:

- Defesa Civil escrever suas experiências e lições aprendidas.
- Organizar um banco de dados e torná-lo disponível ao público.

Esta medida deve ser desenvolvida pelos COEs e Defesas Civas, em curto período de tempo, considerando a necessidade de justificar os danos para acessar recursos dos Governos.

I.2 Ampliar o acesso a informações sobre eventos extremos, custos, riscos, previsões, dentre outros aspectos, para facilitar a tomada de decisão na Região MAP.

Considerando que a informação é fundamental para o manejo de alertas precoces e prevenção, faz-se necessário:

- Implementação de um Sistema de comunicação trinacional robusto para emergências na Região MAP.
- Informação (SAT) tri-nacional: solicitar disponibilização de informação das estações de monitoramento binacional Peru – Bolívia para alimentar o SAT.
- Resgatar os conhecimentos ancestrais para prevenção de riscos, como suporte para adoção de medidas de adaptação.
- Estabelecer um SAT regional e provincial vinculado ao planejamento das instituições afins.
- Planejar a instalação de novas estações hidrometeorológicas em outras bacias, através de parceria de cooperação entre ANA-PE, ANA-BR e OTCA.
- Fortalecer capacidades das equipes de técnicos dos governos locais, em gestão de riscos e para o estabelecimento de medidas preventivas.
- Impulsionar o estudo hidrológico dos rios Acre e Yaverija.
- Fortalecer a rede de monitoramento hidrometeorológico com equipamentos e capacitação de pessoal, com o objetivo de caracterizar melhor a região diante dos eventos extremos.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

- Consolidar a Mesa Técnica de Sistema de Alerta Temprano – MESAT no Peru, solicitando capacitações a especialistas do Brasil, com a finalidade de implementar e modernizar a coleta de dados hidrometeorológicos.
- Estabelecer e implementar as Unidades de gestão de riscos de desastres nos municípios, como espelho das Salas de Situações do Estado, para promover a cultura de prevenção como política pública, através de convênio entre SENAMHI e ANA regional para Peru, ANA-BR e Estado no caso de Brasil e SENAMHI -BO.

São ações a serem desenvolvidas a curto e médio prazos com a participação das instituições de pesquisa, comunicação e monitoramento, como suporte às instituições de resposta (ANA-BR, ANA-PE, SENAMHI-PE, SENAMHI-BO, OTCA e governos locais).

I.3 Analisar e avaliar a situação dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário - PIACIs para verificar se estão sendo afetados pelos efeitos das mudanças climáticas (convênio entre instituições ligadas a gestão de Áreas Naturais Protegidas - ANP, Vice-ministério de Interculturalidade do Peru e FUNAI/Brasil. Os PIACI nos últimos anos estão mudando suas rotas de trânsito.

I.4 Estabelecer o Conselho/Comitê de Bacia do Rio Acre e elaborar o seu plano de bacias, dada a maior frequência dos eventos extremos na Amazônia. Esta ação necessita ser viabilizada em curto período de tempo, envolvendo as instituições afins nos níveis nacional, estadual/departamental e municipal, com o apoio da OTCA.

I.5 Desenvolver pesquisa integrada com os especialistas da Região MAP para otimizar a implementação dos instrumentos de gestão de risco, em curto, médio e longo prazos, através das universidades regionais.

I.6 Valorizar os serviços ambientais, estimulando e remunerando quem não usa o fogo para o sistema produtivo, com subsídios federais, estaduais e municipais de produtos da agricultura familiar e extrativismo; Estimular a iniciativa privada para valorizar os produtos produzidos sem o uso do fogo, no médio e longo prazo.

I.7 Promover simulados e discussões sobre como responder a eventos extremos (exemplos: secas de 1925-26, 2005, 2010, inundações como 2014 e 2015, apagões), envolvendo os COEs e Defesas Cívicas.

II. Mesa Temática Floresta, Solo e Água

II.1 Constituir grupos de trabalho para facilitar o diálogo e a interação descentralizada entre todos os atores fazendo uso dos recursos naturais da Região MAP. Ação imediata.

II.2 Realizar análise de cenários futuros na bacia do Rio Acre e do impacto na regulação hídrica e no desenvolvimento socioeconômico da região, sob o contexto de mudanças climáticas e eventos extremos. Ação imediata

II.3 Desenvolver uma agenda comum para compartilhar capacidades estabelecidas e sanar necessidades na Região MAP. Ação imediata.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

III Mesa Temática Econômica – Infraestrutura

III.1 Promover a diversificação de produtos sustentáveis, florestais e agroflorestais (de baixas emissões) na Região MAP, através de inovação tecnológica e intercâmbio de experiências exitosas.

III.2 Promover e fortalecer a agricultura de escala familiar e comunitária, característica dos povos indígenas e comunidades rurais, para garantir a segurança alimentar.

III.3 Promover a industrialização de produtos provenientes da floresta (açaí, castanha, cacau, camu camu, entre outros).

III.4 Promover a região MAP como destino de ecoturismo.

III.5 Ampliar a carteira de produtos que são comercializados na Região MAP.

III.6 Promover a exportação trinacional a mercados diferenciados.

III.7 Promover um passe fronteiriço direto entre Peru e Bolívia na Região MAP.

III.8 Promover a integração do setor empresarial na Região MAP.

III.9 Promover as Feiras de Integração de Economia Solidária, garantindo a segurança alimentar e nutricional; com a participação dos Governos locais/Municipalidade Provincial de Tambopata-(Mavila) até o mercado de Pando/Beni; com participação de produtores associados - agricultura familiar; cadeia de valor de produtos, Municipalidade Provincial de Tahuamanu com projeção ao mercado de Assis-Brasileia-Epitaciolândia-Rio Branco. (da plenária).

III.10 Estabelecer os compromissos entre os Governos subnacionais e Governos locais integrados para a promoção e desenvolvimento da agricultura familiar no contexto trinacional, resgate e multiplicação de germoplasma local, com a visão de segurança alimentar e nutricional diante dos eventos extremos na Região MAP. (da plenária).

IV Mesa Temática Planejamento Regional e Uso da Terra

Instrumentos de Gestão

IV.1 Mapeamento de boas práticas de ordenamento territorial na Região MAP para ser replicado como boas experiências; em especial aquelas que permitem um melhor manejo dos conflitos por superposição de usos e direitos sobre a terra.

IV.2 Implementar um sistema único de monitoramento integral do território, da Região MAP, para analisar áreas onde são realizadas atividades econômicas que provocam o desmatamento e geram ameaças e riscos, bem como sobre os direitos de uso dos recursos naturais e a ocupação da terra para seu desenvolvimento.

IV.3 Priorizar os termos comuns nos três países para usar o conceito de Zona de Integração Fronteiriça- ZIF, a fim de que no lugar de linhas de fronteira, se contem com cenários em que as políticas públicas sejam implementadas de maneira harmonizada. É necessário construir um projeto de ordenamento de território em conjunto para os próximos 15 anos.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

IV.4 Manter o sentido comunitário e familiar é o caminho para resiliência dos ecossistemas, frente aos desafios dos eventos climáticos extremos. O desenvolvimento comunitário como uma via alternativa ao desenvolvimento sustentável.

Atores Institucionais

IV.5 O ordenamento territorial deve ser feito de forma integral entre os governos locais, regionais e nacionais. As políticas devem ser construídas com a participação do movimento social. Isto deve replicar-se nos processos de ordenamento territorial em Áreas Naturais Protegidas (ANPs).

Temática dos Povos indígenas

IV.6 Os povos indígenas devem ter seus territórios titulados, considerando que são os donos dos seus territórios ancestrais e devem ser respeitados, para fazer um desenvolvimento sustentável desde a base (ecodesenvolvimento comunitário), pois as comunidades têm o conhecimento tradicional do manejo sustentável, mediante a consulta livre, prévia e informada das populações indígenas sobre a gestão compartilhada das bacias transnacionais. Assim se fortalece os espaços de diálogo para que funcionem com a participação qualificada e igualitária de todos e permite cumprir com seu carácter obrigatório.

IV.7 Harmonizar os marcos nacionais com os marcos internacionais de defesa dos direitos territoriais desses povos.

IV.8 As políticas públicas devem reafirmar o reconhecimento da existência dos povos indígenas em isolamento voluntário na Região MAP e seus territórios.

IV.9 Afirmar as políticas de gestão territorial dos territórios indígenas e desenhar políticas públicas para os povos indígenas que vivem nas áreas naturais protegidas como resultado do ordenamento territorial.

IV.10 Reconhecer a existência do Corredor Territorial Pano Aruak e outros, e articular esforços entre os setores governamentais, as organizações e ONGs do Peru e Brasil para lograr sua proteção integrada.

IV.11 Impulsionar a gestão integrada das Áreas Naturais Protegidas – ANP na fronteira Peru – Brasil nesta parte da Região MAP. Isso permitirá o apoio à gestão destas importantes áreas onde nascem muitos dos rios transfronteiriços, especialmente o Rio Acre, que além de contribuir com os serviços ecossistêmicos em benefício de nossas populações, tanto do Peru em Madre de Dios como do Brasil. São áreas de refúgio dos povos em isolamento voluntário que habitam essas florestas.

V. Mesa Temática Direitos Humanos e Ambientais

V.1 Articular e defender os Direitos Humanos e Ambientais, considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todas as formas de Direito Internacional, através de diálogos participativos, qualificados, justos e igualitários, evitando considerar os imigrantes como delinquentes e contribuir para não criminalizar a imigração, mas sim os coiotes;

V.2 Impulsionar a discussão dos Direitos Humanos e Ambientais, envolvendo possibilidades de intercambiar prisioneiros, estabelecer uma área de livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas na tríplice fronteira; criar um acordo para discutir o tema da imigração na tríplice



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

fronteira; criar em consenso uma câmara de discussão sobre o fluxo migratório da Região MAP, bem como o tráfico de pessoas;

V.3 Denunciar práticas de destruição da floresta e a ausência do Estado, através da promoção da consciência humana, dos princípios do bem comum e da precaução, minimizando o preconceito, globalizando a solidariedade, onde se globaliza a indiferença, promovendo a lógica da atenção para evitar riscos e vulnerabilidades; se posicionar criticamente sobre a gestão florestal do município acreano de Manoel Urbano.

V.4 Promover o uso responsável dos recursos naturais através do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento ambiental, econômico e social; incluir nos projetos indagações a respeito da Economia Verde, sobre como aumentar a consideração aos povos locais da Região MAP, o que inclui perguntas transdisciplinares - como mudar as culturas?

V.5 Controlar a origem da imigração para evitar a ilegalidade nos países vizinhos.

Rio Branco, 30 de novembro de 2015.

Minoru Martins Kinpara
Reitor da Universidade Federal do Acre

Carlos Edegard de Deus
Secretário de Estado de Meio Ambiente - Sema

Magaly Medeiros
Diretora-Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas - IMC

Francisca Cristina Moura de Lima Boaventura
Comissão Organizadora do X Fórum MAP

Irving Foster Brown
Comitê Científico do MAP

Mesa de Gestão de Riscos Ambientais

Brasil: Vera Lúcia Reis
Bolívia: Adrian Perez Campos
Peru: Angel Cabrera

Mesa Floresta, Solo e Água

Brasil: Willian Flores
Bolívia: Sissy Bello Nakashima
Peru: Raul Ulisses Lopes Flores



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Mesa Economia e Infraestrutura

Brasil: Elsa Mendoza

Bolívia: Juan Fernando Reyes

Peru: Mario Martinez Calderon

Mesa de Planejamento Regional e Uso da Terra

Brasil: Maria Luiza P. Ochoa

Silvia Brilhante

Bolívia: Guillermo Rioja

Peru: José Luís Sanchez Espinoza

Mesa de Direitos Humanos

Brasil: Coracy Saboia e Enock Pessoa

Bolívia: Silvia Soares Tejada

Peru: Washington Luza Chullo, Oscar Guadalupe Cevallos

Myrella Gavidia Canaquiri



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

ANEXO 1

MESAS TEMÁTICAS DO X FÓRUM MAP

I. RELATÓRIO DA MESA TEMÁTICA DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Título: Eventos Extremos: desafios e oportunidades para a Região MAP

Coordenadores da Mesa

Bolívia: Adrian Perez Campos

Peru: Angel Cabrera

Brasil: Vera Lúcia Reis

Palestrantes

Dr. Irving Foster Brown (WHRC/ UFAC)

Dr. Luiz Aragão (INPE)

Moderadora

Dra. Vera Lucia Reis

Relatores

Charles Henderson (IMC)

Sandino Mendes (IMC)

Objetivo: Identificar processos de adaptação e resiliência para enfrentar os impactos dos extremos climáticos na Região MAP.

Contexto

Nos últimos anos, a Região MAP sofreu dois epicentros de duas secas prolongadas (Lewis et al., 2011) e de frequentes inundações (Marengo et al., 2013). As secas originaram uma queda na produção primária (Phillips et al., 2009, Lewis et al. 2011), transformando as florestas da Região MAP de um sumidouro de carbono para uma fonte de carbono. Estimativas de perdas econômicas pela seca e inundação alcançam valores de aproximadamente de 500 mil dólares em 2005, 2010 e 2012 (Brown et al. 2011), e mais de 150 mil pessoas afetadas pelas inundações de 2015. Estes eventos vem sendo cada vez mais frequentes necessitando de medidas de adaptação para resiliência das cidades destruídas na Região MAP. Devido a problemas recentes na região existem exemplos que poderão ser socializados pelas defesas civis, como os sistemas de alerta que vêm sendo implementados nos estados para minimizar os impactos e alertar as populações dos desastres naturais.

Temas abordados

1. O futuro está chegando: gestão de risco de inundações num mundo de mudanças.
2. Lições aprendidas com as inundações de 2014 e 2015.
3. Secas prolongadas na Amazônia Sul-ocidental e os reflexos na Região MAP.
4. Fortalezas e limitações dos COEs e das Defesas civis da Região MAP.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Perguntas norteadoras

1. Como integrar ações no âmbito institucional (governo e sociedade civil) para enfrentar os desafios impostos pela maior frequência dos eventos extremos na Região MAP?
2. Como vencer as burocracias institucionais para viabilizar a integração regional para adaptação a eventos extremos (Peru, Brasil e Bolívia) entre as COEs e defesas civis?

Propostas apresentadas pelos palestrantes e participantes

1. Medidas intercomparáveis e globalmente aceitas dos danos e prejuízos associados a eventos extremos na Região MAP. Sem esta contabilidade é impossível dimensionar programas de adaptação e mitigação para aumentar a resiliência de comunidades, cidades e regiões. Registrar Memória institucional para buscar soluções:
 - a. Defesa Civil deve escrever sobre as suas experiências e lições aprendidas.
 - b. Estrutura um banco de dados também disponível ao público.
2. Simulados e discussões sobre como responder a eventos extremos (secas de 1925-26, 2005, 2010, inundações como 2014 e 2015, apagões).
3. Ampliar o acesso a informações sobre eventos extremos, custos, para todos na Região MAP.
 - Implementar um Sistema de comunicação tri-nacional robusto para emergências na Região MAP. Consideramos que a informação es fundamental es para o manejo de alertas precoces e prevenção.
 - Informação (SAT) Tri-nacional : solicitação de informação de estações de monitoramento binacional Peru – Bolívia (SAT)
 - Solicitação de informações das estações de monitoramento nos rios de fronteira Peru –boliviana
 - Resgatar os conhecimentos ancestrais para prevenção de riscos.
4. Aprovação de uma resolução governamental trinacional para colaboração entre os COEs e Defesa Civil de MDD Acre e Pando para facilitar as ações anteriormente propostas.
5. Contribuir para uma cultura de prevenção em relação aos eventos extremos, Defesa Civil, e o futuro. (1): Sistema escolar: Implantação de Programas educacionais nas escolas sobre sistema de comando e incidente - SCO/SCI e participação voluntaria em repostas a desastres.
6. Educação Ambiental:
 - Capacitação para os produtores rurais sobre os riscos de incêndios, prevenção e combate.
 - Disseminação da temática do fogo no currículo escolar rural;
 - Criação de viveiros;
 - Campanhas educativas ambientais sobre o uso do fogo a nível de estado.
7. Propor e implementar medidas de adaptação para extremos de inundações e secas. Remoção de habitações nas áreas de risco. Capitação de recursos para trabalhos preventivos de Proteção de Defesa Civil. Revisão das cotas de referência para nossos rios.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

8. Desenvolver pesquisa integrada (com os especialistas do MAP) para otimizar a implementação dos instrumentos de gestão de risco. Análise de vulnerabilidades das cidades. Desenvolvimento das capacidades institucionais.
9. Planificação para prevenção (Armazém antecipado tri-nacional) para fazer frente aos extremos de secas e inundações).
10. Fortalecer programas de reflorestamento e não desmatamento, agricultura familiar, ao invés de promover agricultura extensiva e intensiva- segurança alimentar. Segurança alimentar, que os governos locais estabeleçam parcelas pilotos com a finalidade de recuperar germoplasma local.
11. Estabelecer um SAT regional y provincial articulado/ ancorado a planejamento das instituições.
 - Planejar a instalação de novas estações hidrometeorológicas em outras bacias, através de parceria de cooperação com ANA-PE, ANA-BR e OTCA.
 - Fortalecer capacidades de equipe de técnicos de governos locais, em gestão de riscos e para o estabelecimento de medidas preventivas.
 - Impulsionar o estudo hidrológico dos rios Acre e Yaverija.
 - Fortalecer a rede de monitoramento hidrometeorológico com equipamentos, capacitação de pessoal envolvido com o objetivo de caracterizar melhor a região diante dos eventos extremos.
 - Consolidar a Mesa Técnica de Sistema de Alerta Temprano - MESAT solicitando capacitações a especialistas de Brasil, com a finalidade de implementar – modernizar a coleta de dados.
 - Estabelecer e implementar as unidades de gestão de riscos de desastres nos governos locais convenio entre SENAMHI y ANA regional.
12. Estabelecer o conselho de Bacia do Rio Acre. Dada a maior frequência dos eventos extremos na Amazônia, esta ação necessita ser viabilizada em curto período de tempo, envolvendo as instituições afins nos níveis nacional, estadual/departamental e municipal.
13. Analisar e avaliar a situação dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário - PIACIs para verificar se estão sendo afetados pelos efeitos das mudanças climáticas (convênio entre instituições ligadas a gestão de Áreas Naturais Protegidas - ANP, vice-ministério de interculturalidade / FUNAI – os PIACI nos últimos anos estão mudando suas rotas de trânsito)
14. Avaliar o sistema de alerta Terrama2 e inserir outras informações como: temperatura dos oceanos, dentre outras, para a Região MAP e definir a forma de difusão das mesmas para as comunidades rurais e ribeirinhas.
15. Valorização dos serviços ambientais (estimular e remunerar quem não usa o fogo para o sistema produtivo) (Criação de subsídios federais, estaduais e municipais de produtos da agricultura familiar e extrativismo); Estimular a iniciativa privada para valorizar os produtos produzidos sem o uso do fogo.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Linhas de ação para os próximos 15 anos

1. Desenvolver medidas reconhecidas que permitam a comparação local e global dos danos e prejuízos associados a eventos extremos na Região MAP. Sem o conhecimentos destes custos é impossível dimensionar programas de adaptação e mitigação para aumentar a resiliência de comunidades, cidades e regiões. O registro da memória institucional é importante para buscar soluções e deve ser apoiado por:
 - a. Material das Defesas Cíveis sobre as suas experiências e lições aprendidas.
 - b. Banco de dados disponível ao público.

Esta medida deve ser desenvolvida pelos COEs e Defesas Cíveis em cada país: em curto período de tempo, considerando a necessidade de justificar os danos para acessar recursos dos Governos nacionais.

2. Ampliar o acesso a informações sobre eventos extremos, custos, riscos, previsões, dentre outros aspectos para facilitar a tomada de decisão na Região MAP. Considerando que a informação é fundamental para o manejo de alertas precoces e prevenção, faz-se necessário a:
 - implementação de um Sistema de comunicação tri-nacional robusto para emergências na Região MAP.
 - informação (SAT) tri-nacional: solicitar disponibilização de informação das estações de monitoramento binacional Peru – Bolívia para alimentar o SAT.
 - solicitação a disponibilização de informações das estações de monitoramento dos rios fronteira Peru –Bolívia.
 - resgate dos conhecimentos ancestrais para prevenção de riscos, como suporte para adoção de medidas de adaptação.
 - Estabelecer um SAT regional e provincial vinculado ao planejamento das instituições afins.
 - Planejar a instalação de novas estações hidrometeorológicas em outras bacias, através de parceria de cooperação com ANA-PE, ANA-BR e OTCA.
 - Fortalecer capacidades de equipe de técnicos de governos locais, em gestão de riscos e para o estabelecimento de medidas preventivas.
 - Impulsionar o estudo hidrológico dos rios Acre e Yaverija.
 - Fortalecer a rede de monitoramento hidrometeorológico com equipamentos, capacitação de pessoal envolvido com o objetivo de caracterizar melhor a região diante dos eventos extremos.
 - Consolidar a Mesa Técnica de Sistema de Alerta Temprano - MESAT solicitando capacitações a especialistas de Brasil, com a finalidade de implementar – modernizar a coleta de dados.
 - Estabelecer e implementar as unidades de gestão de riscos de desastres nos governos locais, como espelho das Salas de Situações do Estado, através de convênio entre SENAMHI e ANA regional para Peru, ANA-BR e Estado no caso de Brasil e SENAMHI -BO.
 - Desenvolvimento das capacidades institucionais.

São ações a serem desenvolvidas a curto e médio prazos com a participação das instituições de pesquisa, comunicação e monitoramento, como suporte às instituições de resposta (ANA-BR, ANA-PE, SENAMHI-PE, SENAMHI-BO, OTCA e governos locais).



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

3. Analisar e avaliar a situação dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário - PIACIs para verificar se estão sendo afetados pelos efeitos das mudanças climáticas (convênio entre instituições ligadas a gestão de Áreas Naturais Protegidas - ANP, vice-ministério de interculturalidade / FUNAI – os PIACI nos últimos anos estão mudando suas rotas de trânsito). Ações de curto e médio prazo.
4. Estabelecer o conselho de Bacia do Rio Acre. Dada a maior frequência dos eventos extremos na Amazônia, esta ação necessita ser viabilizada em curto período de tempo, envolvendo as instituições afins nos níveis nacional, estadual/departamental e municipal.
5. Desenvolver pesquisa integrada (com os especialistas do MAP) para otimizar a implementação dos instrumentos de gestão de risco, em curto, médio e longo prazos.
6. Valorização dos serviços ambientais (estimulando e remunerando quem não usa o fogo para o sistema produtivo, com subsídios federais, estaduais e municipais de produtos da agricultura familiar e extrativismo); Estimular a iniciativa privada para valorizar os produtos produzidos sem o uso do fogo, médio e longo prazo.
7. Promover simulados e discussões sobre como responder a eventos extremos (ex: secas de 1925-26, 2005, 2010, inundações como 2014 e 2015, apagões), envolvendo os COEs e Defesas Cívicas.

II RELATÓRIO DA MESA TEMÁTICA, FLORESTA, SOLO E ÁGUA

Título: Floresta, solo e água: atividades antrópicas, eventos extremos climáticos e funcionamento dos ecossistemas na Região MAP.

Coordenadores da Mesa

Brasil: Willian Flores

Bolívia: Sissy Bello Nakashima

Peru: Raul Ulises Lopez Flores

Moderador: Willian Flores

Relatores: Elke Lima e Nadir Dantas

Palestrante: Dr. Eufra do Amaral (Embrapa)

Objetivo: Discutir quais os impactos das atividades humanas e de eventos extremos climáticos sobre o funcionamento dos ecossistemas na Região MAP.

Contexto

A Região MAP tem uma área de 310.000 km², desta, aproximadamente 90% ainda é floresta, além disso nesta área se encontram as nascentes dos principais rios da bacia Amazônica, a grande maioria cortando os territórios de Madre de Deus, Acre e Pando são binacionais. O Rio Acre é uma bacia compartilhada com os três países, Peru, Brasil e Bolívia e vem sofrendo alterações na sua cobertura florestal. Devido a posição geográfica essa região apresenta solos bem frágeis e muito susceptíveis a degradação quando submetidos a uso antrópicos.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Florestas, solo e água são recursos que se encontram muito vulneráveis a eventos extremos, portanto entender a importância destes recursos e o que poderá acontecer com a frequência destes eventos e seu impacto na região MAP são pontos a serem discutidos.

Temas abordados

1. Atividades antrópicas e suas dimensões na Região MAP.
2. Incidência de eventos extremos na Região MAP.
3. Impactos das atividades antrópicas e eventos extremos na Região MAP.
4. Cenários futuros para a Região MAP.
5. Necessidade de realização ações concretas para mitigação dos problemas comuns da Região MAP.

Pergunta norteadora

Considerando o cenário atual de aumento da frequência de eventos extremos e intensificação das mudanças no uso e cobertura da terra, qual do futuro dos ecossistemas florestais na Região MAP?

Propostas apresentadas pelos palestrantes, debatedores e participantes

1. Análise de cenários futuros na bacia do Rio Acre e o impacto na regulação hídrica no desenvolvimento socioeconômico da região, sob o contexto de mudanças climáticas e eventos extremos.
2. Fortalecimento de capacidades para a valorização ecossistêmica (capacitação e formação).
3. Intercambio de experiência relacionadas ao uso e gestão de florestas, água e solo na Região MAP.
4. Construção de uma agenda regular trimestral de trabalho entre representantes da Região MAP.

Linhas de ação para os próximos 15 anos

1. Instituir grupo de trabalho para facilitar o diálogo e a interação descentralizada entre todos os atores fazem uso dos recursos naturais da Região MAP.
2. Realizar análise de cenários futuros na bacia do Rio Acre e o impacto na regulação hídrica no desenvolvimento socioeconômico da região, sob o contexto de mudanças climáticas e eventos extremos. Ação imediata.
3. Desenvolver de agenda comum para compartilhar capacidades estabelecidas e sanar necessidades na Região MAP. Ação imediata.

III RELATÓRIO DA MESA TEMÁTICA ECONÔMICA – INFRAESTRUTURA

Título: Desafios e oportunidades de novas economias, implementação de infraestrutura e políticas públicas associadas a eventos extremos na Região MAP



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Coordenadores da Mesa

Brasil: Elsa R. H. Mendoza

Bolívia: Juan Fernando Reyes

Peru: Mario Martinez Calderon

Palestrantes:

Victor Hugo Rondon (*Ministério do Comércio Exterior e Turismo – MINCETUR*)

Dr. Carlos Franco – UFAC

Moderador: Márcia Regina de Sousa Pereira (Casa Civil – Governo do Acre)

Debatedores

Brasil: Rafael Lopes Pimpão – despachante aduaneiro.

Peru: Abraham Cardozo – Grupo Cardozo (Iñapari)

Relatores: Fronika De Wit

Julie Messias

Monica De Los Rios

Valeria Cardozo

Objetivos:

1. Discutir a situação atual e os caminhos na economia de baixas emissões de carbono associada a implementação de infraestrutura, de políticas públicas e de eventos extremos na região MAP.
2. Incluir o papel do setor privado para alterar comportamentos e orientar os fundos públicos e privados necessários para fazer a transição para uma economia de baixo carbono.

Contexto

Participar do mercado internacional na Região MAP é o sonho das populações desta região. A participação neste mercado está condicionada a implementação de grandes obras de infraestrutura, como a construção e o asfaltamento de estradas, rede de energia elétrica, construção de hidroelétricas, ferrovias, hidrovias e outras obras de grande porte que contribuam especialmente para o escoamento da produção para os portos de Peru e Santos no Brasil e vice versa.

Na região MAP atualmente vem sendo construídas estradas, hidroelétricas e linha de transmissão de energia elétrica. A estrada interoceânica é um exemplo, já concluída ela conecta o estado do Acre aos portos do Peru via Puerto Maldonado – Peru e outra via o município de Cruzeiro do Sul – Acre-Brasil a Ucayali – Peru. Estas estradas estão ocasionando uma maior integração por intermédio das rotas de turismo e comércio que foram intensificadas em 2014, devido ao isolamento da estrada BR-364 dos estados do Sul com o estado do Acre entre os países, com as inundações do Rio Madeira.

Estas grandes obras de infraestrutura e a mudança da economia local, embora beneficiem a população, também vêm originando problemas sociais e ambientais muitas vezes irreversíveis. Desta forma, esta mesa propõe a discussão desta problemática que é de fundamental importância para a sociedade em seu conjunto. O processo de integração ainda não é efetivo na



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

economia local e menos ainda no nível globalizado. Faz-se necessário discutir e traçar caminhos que possam minimizar os impactos negativos destas grandes obras e maximizar seus benefícios.

Perguntas norteadoras

1. Quais são os novos desafios e oportunidades de um comércio globalizado de baixas emissões considerando os eventos extremos na Região MAP?
2. Como implementar um novo modelo de economia de baixas emissões levando em consideração os eventos extremos na região MAP?

Temas abordados

1. Novas tendências de comércio entre Peru, Brasil e Bolívia: desafios e oportunidades do comércio globalizado e suas adaptações a eventos extremos na região MAP.
2. Novos caminhos, desafios e oportunidades para uma economia sustentável na Região MAP.

Linhas de ação para os próximos 15 anos

1. Promover a diversificação de produtos sustentáveis, florestais e agroflorestais (baixas emissões).
 - Intercambio de tecnologias exitosas na Região MAP para diversificação de uma produção sustentável;
 - Promoção de feiras com participação trinacional de produtos sustentáveis: feira de sementes originais da Região MAP. Exemplo ExpoAmazonia e outras.
2. Promover a industrialização de produtos provenientes da floresta (cinami, castanha, entre outros)
 - Identificar mercados diferenciados destes produtos;
 - Desenvolver a cadeia de valor e de negócios.
3. Promover a região MAP como destino de ecoturismo.
 - Elaborar um plano estratégico de ecoturismo da Região MAP.
4. Ampliar a carteira de produtos que se comercializam na Região MAP.
 - Capacitação do setor comercial - empresarial e produtivo sobre as normas de comércio exterior.
5. Promover a exportação tri-nacional a mercados diferenciados.
 - Intercambio tecnológico para o comércio.
6. Promover um passo fronteiriço direto entre Peru e Bolívia na Região MAP.
7. Retomar as discussões dos ministérios (Ministério de Relações Exteriores do Peru e Bolívia).
8. Promover a integração do setor empresarial da Região MAP.
9. Fortalecer a integração das câmaras de comércio da Região MAP.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

10. Realizar reuniões periódicas entre as câmaras de comércio e espaços para alianças.

Palestra de Victor Hugo Rondon (Representante no Acre do Escritório Comercial do Peru no Brasil / Ministério do Comércio Exterior e Turismo – MINCETUR)

Desde 2013 o palestrante faz parte da representação institucional para o comércio entre Peru e Brasil via interoceânica. Fatos que aconteceram (eventos extremos), estimularam o comércio regional. A falta de gasolina e falta de produtos motivou o comércio e trouxe benefícios para a região.

Os produtos vêm a Bolívia e Brasil por estradas peruanas, como materiais de construção, alimentos, combustível. Esse trânsito envolve um terceiro país que antes não estava presente e trouxe benefícios para a Região MAP. Crescimento 170% esse ano mostra o caminho do desenvolvimento. Podemos fazer mais, ter mais comércio regional.

Foram abordados cinco temas e como todas essas forças estão deixando crescer a economia regional: infraestrutura, serviços (públicos, privados), capital humano, fatores climáticos e temas logísticos.

Capital humano: deve ter um trato diferenciado para as pessoas que moram na região de fronteira, porque convivem com as três realidades.

Diagnóstico do mercado: três classes no mercado, a classe média esta crescendo em 2023 vai ser 58%. O consumo da Região MAP para a classe média (mais do que a metade) cresce também. Para 2013 cresceu o consumo com 163% e para 2020 ainda vai ter um crescimento de 23%.

Balança comercial – Brasil & Peru: A Bolívia esta exportando muito mais do que o Brasil para Bolívia. 95% desta exportação Boliviana é combustível. A Região MAP poderia exportar outros produtos não tradicionais. O crescimento no Brasil ate 2020 deve se dar no interior de Brasil, não nas capital. Isso quer dizer que vai acontecer aqui na Região MAP também.

Renda nominal: R\$ 1052,00 reais por mês é per capita do brasileiro, mas no Acre é R\$ 676 reais.

Volume de exportações: por estrada interoceânica: 49% das importações que o estado do Acre faz vem do Peru.

Em 2014 as exportações entre Peru e Brasil tiveram um crescimento de 760% por causa dos eventos extremos: cebola, uva, tomate, farinha de trigo, macarrão e cimento são os produtos mais importados.

Expansão do mercado: é egoísta só pensar no MAP, tem que incluir Rondônia, Mato Grosso, Amazonas na expansão. Desde 2011 houve crescimento, por causa da inauguração da ponte.

Iniciativas em prol do desenvolvimento da Região MAP

- criação de escritórios especializados em comércio, investimento e turismo.
- desenvolvimento de parcerias institucionais entre as associações comerciais das três regiões.
- promoção de feiras contemplando sempre a participação da classe empresarial (exemplo da Expo Pan Amazônia), ExpoAcre precisa promover comércio regional.
- Intercâmbio de tecnologias nos setores agrícola e pecuário.



X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP” 9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil

- emissão de boletim informativo trimestral apresentando os projetos realizados (experiências de sucesso) da Região MAP, cada um pode intercambiar suas práticas.

“Não estamos aqui para competir por um mercado, estamos aqui para unir um mercado”.

Exemplo: Projeto Centro de Multiserviços em Fronteira (CEMUS) criado pelo Peru. O Peru já está dando um passo para a promoção da exportação e facilitar a introdução de produtos peruanos nos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso. Oferecer assistência em temas aduaneiros e em trâmites faz-se necessário n processo.

Eventos Extremos

Em 26 de fevereiro de 2014 foi decretado Estado de Emergência no Acre. Ninguém previu que o Rio Madeira ia atingir 19,74. Foram necessárias ações imediatas: combustível (gasolina e diesel), oxigênio para hospitais e material de construção vieram do Peru (PLANO B).

O comércio da Região do MAP pode vir de outras regiões porque temos portos, via Interoceânica.

Em breve do Peru para o Brasil teremos: conservas de pescado (sardinha); alho, cebola, maçã; filé de pescado (truta – região de Puno); material para construção (aço peruano para o Brasil).

Exemplo prático: exportação de uva mostrando como é fácil: embarque, passe de fronteira, supermercado e custos da operação.

Debatedores

1. Brasil: Rafael Lopes Pimpão – despachante aduaneiro

Abordou questões do lado brasileiro, pontos que influenciam o desenvolvimento da logística:

- Infraestrutura (com muita alagação, seca, complicada para construções);
- Comunicação: com a falta de sinal de satélite, a comunicação na área de fronteira falha muito;
- Energia só até 23h, atrapalhando o trabalho;
- Estrutura física não oferece suporte para obras maiores;
- Falta capital humano capacitado para a área de fronteira. Ninguém quer vir para o Acre, mídia local mostra o Acre apenas como preservação da floresta e extrativismo. Temos que mostrar que o Acre tem condições para receber obras maiores de infraestrutura;
- Condições da rodovia e falta de investimento privado e federal para estimular;
- Os grandes custos logísticos por estar numa região longe e o alto preço de combustível;
- Anualmente o risco de enchentes na região, é algo que não se pode mais prever. O clima completamente alterado. Nos eventos extremos tem três fatores: muita água, pouca água e calor intenso, dificultando o mercado;
- Crescimento de consumo, crescimento de produção, porém estamos numa região onde só é exportado madeira, castanha, borracha. O índice de exportação é muito maior do que a produção, porque tem empresas que exportam, mas não produzem.

O maior problema está na capacitação das pessoas para trabalhar na área de logística e novos mercados. Não há continuidade de formação no Estado, não fazem investimentos na formação. A universidade tem que estimular e investir nisso.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Problemas mecânicos são difíceis de solucionar no Acre, porque não tem pessoal qualificado para atender a esses serviços. Para melhorar esse índice, a capacitação e a valorização desses itens é importante.

2. Peru: Abraham Cardozo – Grupo Cardozo, aproveitamento na zona de fronteira (Iñapari)

Decisões inteligentes podem modificar a realidade, o exemplo é a Região MAP. Refletindo sobre o título da mesa, podemos provar cientificamente que estamos aqui porque nossos antecedentes tiveram decisões inteligentes. Provavelmente o espaço MAP é o *laboratório* para refletir sobre as decisões da região.

Será possível adaptar às mudanças climáticas, sabendo que os agricultores não têm energia elétrica?

Reflexão final: na Região MAP temos que inovar e aproveitar de maneira inteligente os recursos. Assim vamos manter as condições para viver de maneira integral.

3. Peru: Victor Hugo

Comércio com Bolívia se faz principalmente via terrestre por La Paz, não muito com Cobija. Temos importações bolivianas via Peru, da China, como pneus, pisos cerâmicas, bebidas, vindos para a Bolívia via estrada peruana.

Brasil: 2010 até agora o crescimento foi de 280% nos países andino e o ano passado, por causa do fechamento da estrada foi 670%. Aumentou consideravelmente, mas se estabeleceu. Temos número para comunidade andina entre 30-40 exportações por mês 7-10 operações de importações por mês.

Qual é a porcentagem de importações/exportações comparado com o mundo?

O fluxo foi de 1.8 bilhões Peru para Brasil e 1.79 bilhões Brasil para Peru. O parceiro do Brasil na América Latina é a Argentina. Peru só representa 5% do total. O fluxo ainda é baixo comparado com o mundo, mas estamos nas vias de mercado.

Tema de frete, porque tão alto?

Não tem um fluxo de veículos disponíveis para ajudar, por isso o frete é alto. O Acre é um dos cinco estados do Brasil com aduana modelo. O projeto padrão do Brasil tem previsão de estar em 2018 em Brasileira, mas tem questões políticas e econômicas que vão atrasar.

IV. RELATÓRIO DA MESA DE PLANEJAMENTO REGIONAL E USO DA TERRA

Título: Os Desafios da Gestão e do Ordenamento Territorial na Região MAP frente às ameaças provocadas pelo Desenvolvimento Regional e eventos extremos

Coordenadores da Mesa

Brasil: Maria Luiza P. Ochoa (CPI-AC) e Silvia Brilhante (Secretaria de Meio Ambiente de Rio Branco)



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Bolívia: Guillermo Rioja (Universidade Amazônica de Pando)

Peru: José Luís Sanchez Espinoza (GOREMAD)

Moderadoras: Maria Luiza P. Ochoa e Sílvia Brilhante

Relatores: Maria Emília Coelho (CPI-Acre)

Objetivo: Discutir o uso sustentável do território de forma a integrar e somar esforços em áreas de conservação e territórios indígenas visando harmonizar políticas, normas, planos de gestão territorial em cada país.

Contexto

Na Região MAP existem diversos usos da terra, entre os quais a atividade madeireira e não madeireira (exploração da castanha, seringa, etc.), a agricultura familiar, a pecuária, a extração de ouro, a exploração de biodiesel, petróleo e gás. Assim, um planejamento do uso do solo de forma compartilhada entre os três estados poderia diminuir problemas do uso dos recursos naturais como água, floresta e solo.

Esta também se caracteriza por concentrar mais de 60 nações indígenas, muitas delas ainda sem contato com as sociedades nacionais. Essas populações estão sendo impactadas por projetos de infraestrutura. O planejamento e a implementação desses projetos nesta região são fundamentais para que se possa compartilhar e dividir os problemas existentes e o que poderão vir, e para potencializar os impactos positivos e diminuir os negativos desses projetos.

Para fortalecer as políticas que os governos dos três países vêm realizando nesta região será necessário uma maior integração e colaboração da sociedade civil e dos povos indígenas que nela vivem.

Temas como índios isolados, biodiversidade e ordenamento territorial têm sido debatidos envolvendo a gestão territorial e ambiental na fronteira. Os conflitos e impactos vêm acontecendo em decorrência da pavimentação da Rodovia Interoceânica, da prospecção de petróleo, e de outros empreendimentos sem a participação da população local. Essas políticas têm sido definidas e executadas sem qualquer processo de consulta, prévia, consentida e informada.

Pergunta norteadora: Como alcançar um desenvolvimento socioambiental e econômico equilibrado, diante dos conflitos de interesses existentes entre os diversos grupos sociais e políticos, e ainda frente aos desafios dos eventos climáticos extremos?

Temas abordados

1. Gestão territorial na Região MAP

Palestrante:

Jose Luís Sanchez Espinoza - GOREMAD

Debatedores:

Guillermo Rioja (Pando - Bolívia)

Edgard Benavides (Diretor de Ordenamento Territorial e Castro do Governo de Pando)

Ramon Rivero (ACCA, Madre de Dios – Peru)



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Átila de Araújo Magalhães (Divisão de ZEE da SEMA – Brasil)
Alonso Córdova (WWF-PERU)

2. Áreas Naturais Protegidas, fronteira e a integração regional

Palestrante: Marcelo Piedrafita Iglesias (SEMA /Brasil)

Debatedores:

Ricardo Melo (WWF Brasil)
Maria Elena Chinchiquiti (FENAMAD)
Francisca de Lima Costa (OPIAC)
Arsenio Calle Córdova (SERNANP)

Pontos debatidos

- Processos de ordenamento territorial são muito lentos e muitas vezes ineficientes, gerando o descontentamento da população local.
- Ocupação desordenada dos territórios.
- Sobreposições de concessões madeireiras, florestais, mineiras e de hidrocarbonetos, sobre áreas de agricultores com título de propriedade e de territórios indígenas, gerando conflitos sociais que já geraram mortes (Peru).
- A informalidade das atividades econômicas (ex: agricultores sem título de propriedade, mineiros sem documentos de concessão, comunidades nativas são reconhecidas mas não tem o território titulado).
- Contaminação Ambiental (rios contaminadas porque são depósitos de resíduos das atividades econômicas e da população).
- Os sistema de monitoramento que não são integrados.
- O governo regional de Madre de Dios não tem nenhum tipo de participação e interação com a gestão das Áreas Naturais Protegidas (ANPs) do Peru.
- Os prefeitos/alcaldes não tem orçamento para gerenciar projetos de desenvolvimento e conservação.
- Os sistemas de ordenamento territorial dos três países tem distintos enfoques.
- As mesmas metodologias tem diferentes construções de modelo territorial:
- Peru (ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico), Brasil (ZEE Zoneamento econômico ecológico ambiental) e Bolívia (ZAE - Zoneamento Agroecológico). Bolívia – uma posição agroecológica com uma visão da agricultura andina. Peru – uma visão mais econômica e ecológica com diferentes atividades sobrepostas. Brasil – uma visão econômica, ecológico com um componente ambiental para a proteção da floresta.
- Políticas institucionais dos Estados nacionais que não coincidem.
- Conceito de desenvolvimento agrícola andino implementado na floresta (contradição na Bolívia).
- Reservas naturais fazendo limite direto com concessões florestais e mineiras.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

- O conceito de desenvolvimento sustentável se cria de cima para baixo mas não se avança efetivamente.
- Estamos em um momento de crise civilizatória.
- Circulo vicioso – mais desastre, mais riscos, mais deflorestação.
- Migração do campo para as cidade na Região na MAP.
- Desintegração familiar social e trafico de pessoas.
- Áreas sagradas dos povos indígenas estão sendo destinadas a atividades econômicas.
- Populações indígenas isolados e de recente contato ameaças por grandes projetos de desenvolvimento econômico.
- Populações indígenas divididas pela fronteiras nacionais (Ashaninka, Yine, entre outras) que não são consultadas nos projetos de desenvolvimento econômico.
- Zoneamento é um instrumento de planejamento que tem a cara, a marca dos Estados nacionais, com ausência de um olhar transfronteiriço.
- Planos de desenvolvimento que não conversam com os plano de ordenamento territorial.
- Grandes e pequenos sofrendo consequências das mudanças climáticas.
- Oportunidade de se pensar estratégias coletivas e regionais para enfrentarmos os nossos desafios comuns.
- Importância de cerca de 9,5 milhões de hectares ao longo da fronteira do Acre com o Peru constituída por ANPs, habitada por uma diversidade povos indígenas e povos isolados e de recente contato.
- Bacias trinacionais e binacionais - Ressalta que as populações das cidades do Acre consomem agua que nascem no Peru.
- Região MAP extremamente importante e estratégico do ponto de vista geopolítico.
- A partir de 2003 sociedade civil e organizações indígenas criam um conjunto de instrumentos de diagnósticos e de definição de estratégias de desenvolvimento e organização social.
- Acordos, memorandos, tratados transfronteiriços são firmados pelos governos centrais ainda distante da realidade locais.
- Conjunto de grandes projetos de desenvolvimento (IIRSA, UNASUR) financiados por bancos internacionais que continuam a pensar projetos descolados das realidades locais.
- Sociedade civil participando e criando um conjunto de ferramentas para pensar planos e estratégias de desenvolvimento. Tem se mobilizado em buscar instancias adequadas de dialogo e alternativas para o desenvolvimento, pensando a gestão do territórios indígenas, processos de consulta, proteção de índios isolados, etc.
- As nascentes das bacias acreanas nascem no Peru. Problemas comuns contaminação, cambio climático.
- Direitos indígenas ameaçados no Brasil. Ex. da PEC 215.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

- O ordenamento territorial tem um enfoque mais econômico sem considerar o desenvolvimento das pessoas.

Linhas de ação para os próximos 15 anos

1- Instrumentos de gestão

- Mapeamento de boas práticas de ordenamento territorial na Região MAP para ser replicadas como boas experiências; em especial aquelas que permitem um melhor manejo dos conflitos por superposição de usos e direitos sobre a terra.
- Implementar um sistema único de monitoramento integral do território, da Região MAP, para analisar áreas onde são realizadas atividades econômicas que provocam o desmatamento e geram ameaças de risco, assim como sobre os direitos de uso sobre os recursos naturais e a ocupação da terra para seu desenvolvimento.
- Priorizar os termos comuns nos três países para usar o conceito de Zona de Integração Fronteira- ZIF, a fim de que no lugar de linhas de fronteira, se contem com cenários em que as políticas públicas sejam implementadas de maneira harmonizada. Ele, para construir um projeto de ordenamento de território em conjunto para os próximos 15 anos.
- Manter o sentido comunitário e familiar é o caminho para resiliência dos ecossistemas, frente aos desafios dos eventos climáticos extremos. O desenvolvimento comunitário como uma via alternativa ao desenvolvimento sustentável.

2 Atores Institucionais

- O ordenamento territorial deve ser feito de forma integral entre os governos locais, regionais e nacionais; as políticas têm que ser construídas com a participação do movimento social. Ele deve replicar-se nos processos de ordenamento territorial em Áreas Naturais Protegidas (ANPs).

3- Temática dos povos indígenas

- Os povos indígenas devem ter seus territórios titulados, considerando que são os donos dos seus territórios ancestrais e devem ser respeitados, para fazer um desenvolvimento sustentável desde a base (ecodesenvolvimento comunitário) pois são as comunidades que tem o conhecimento tradicional do manejo sustentável mediante a consulta livre, prévia e informada de as populações indígenas sobre a gestão compartilhadas das bacias transnacionais, pois ele fortalece os espaços de diálogo para que funcionem com a participação qualificada e igualitária de todos e permite cumprir com seu caráter obrigatório.
- Harmonizar os marcos nacionais com os marcos internacionais de defesa de direitos territoriais desses povos.
- As políticas públicas devem reafirmar o reconhecimento da existência dos povos indígenas isolados na Região MAP e seus territórios.
- Afirmação das políticas de gestão territorial dos territórios indígenas e desenhar políticas públicas para os povos indígenas que vivem nas áreas naturais protegidas como resultado do ordenamento territorial.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

- Reconhecer a existência do Corredor Territorial Pano Aruak e Outros, e articular esforços entre os setores governamentais, as organizações e ONGs de Peru e Brasil para lograr sua proteção integrada.

V. RELATÓRIO DA MESA TEMÁTICA DE DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAIS

Título: A situação dos direitos humanos e ambientais na Região MAP e possíveis ações num mundo de eventos extremos.

Coordenadores de Mesa

Brasil: Coracy Saboia e Enock Pessoa

Bolívia: Silvia Soares Tejada

Peru: Washington Luza Chullo, Oscar Guadalupe Cevallos, Myrella Gavidia Canaquiri

Relator: Miguel Xavier

Palestrantes

Nilson Mourão – Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Padre Massimo Lombardi – Pároco de Rio Branco

Objetivo: Identificar as violações dos direitos humanos e ambientais com a finalidade de elaborar uma declaração sugerindo soluções na Região MAP.

Contexto

O fluxo migratório que se estabelece na Região MAP se configura concomitante às inundações e secas de relevância internacional que vêm ocorrendo na região nos últimos anos, evidenciando a necessidade de trabalhar diversas crises simultaneamente, no âmbito dos direitos humanos e ambientais. Isto acontece num contexto de afirmação do Brasil como país receptor de imigrantes e refugiados, se posicionando diante de outras nações como uma nação “de braços abertos”. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas evidenciam cada vez mais a necessidade de adaptação cultural de populações, políticos e tomadores de decisão diante dos perigos e vulnerabilidades da Amazônia, exigindo uma melhor adequação das comunidades envolvidas nas novas exigências humanitárias e ambientais que se configuram na Região MAP.

Temas abordados

1. Violações dos Direitos Humanos;
2. Fluxo migratório;
3. Tráfico de pessoas;
4. Conscientização e adaptação cultural;

Perguntas norteadoras:

1. Como promover adaptação cultural integrando os âmbitos comunitário e institucional para enfrentar os desafios humanitários e climáticos que se configuram na Região MAP?
2. Dada a situação atual e tendências prováveis, como defender direitos humanos e ambientais na Região MAP nos próximos quinze anos?



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

Recomendações apresentadas pelos palestrantes, debatedores e participantes:

1. Garantir os Direitos Humanos aos imigrantes e respeitá-los na prática;
2. Controlar a origem da imigração para evitar ilegalidades em países vizinhos;
3. Evitar considerar o imigrante um delinquente e contribuir para a consequente criminalização da imigração e se pronunciar contra os coiotes;
4. Criar acordo para discutir a imigração na tríplice fronteira;
5. Como mudar a Cultura?
6. Intercambiar prisioneiros na tríplice fronteira;
7. Estabelecer área de livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas na tríplice fronteira;
8. Defender todas as formas de vida acima de tudo;
9. Denunciar projetos de destruição da floresta e a ausência do Estado;
10. Promover os princípios do bem comum e da preocupação;
11. Promover o reflorestamento, o uso responsável dos recursos naturais e o ecoturismo como alternativa ambiental, econômica e social para a Amazônia;
12. Promover a lógica do cuidado para evitar perigos e vulnerabilidades;
13. Globalizar a solidariedade onde se globaliza a indiferença;
14. Indagar a Economia Verde para considerar as populações locais da Região MAP com maior atenção;
15. Promover a consciência humana;
16. Se posicionar criticamente em relação ao manejo florestal de Manuel Urbano;
17. Minimizar o preconceito na tríplice fronteira;
18. Criar uma câmara de discussão sobre o fluxo migratória, bem como o tráfico de pessoas;

Linhas de ação para os próximos 15 anos

1. Articular e defender os Direitos Humanos e Ambientais, considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todas as formas de Direito Internacional através de diálogos participativos, qualificados, justos e igualitários, evitando considerar os imigrantes como delinquentes e contribuir para não criminalizar a imigração, mas sim os coiotes;
2. Impulsionar a discussão dos Direitos Humanos e Ambientais, envolvendo possibilidades de intercambiar prisioneiros, estabelecer uma área de livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas na tríplice fronteira; criar um acordo para discutir o tema da imigração na tríplice fronteira; criar em consenso uma câmara de discussão sobre o fluxo migratório da Região MAP, bem como o tráfico de pessoas;
3. Denunciar práticas de destruição da floresta e a ausência do Estado através da promoção da consciência humana, dos princípios do bem comum e da preocupação, minimizando o preconceito, globalizando a solidariedade onde se globaliza a indiferença, promovendo a lógica da atenção para evitar riscos e vulnerabilidades; se posicionar criticamente sobre a gestão florestal do município acreano de Manoel Urbano;



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

4. Promover o uso responsável dos recursos naturais através do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento ambiental, econômico e social; incluir nos projetos indagações a respeito da Economia Verde, sobre como aumentar a consideração aos povos locais da Região MAP, o que inclui perguntas transdisciplinares - como mudar as culturas?
5. Controlar a origem da imigração para evitar a ilegalidade nos países vizinhos.



**X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil**

ANEXO 2

GRUPOS DE DIÁLOGO DO X FÓRUM MAP

I - GRUPO DE DIÁLOGO: CONFORMAÇÃO DE UM ORGANISMO DE BACIA DO RIO ACRE

- É necessário conhecer como funciona a gestão nos países, departamentos, estado e municípios (marco legal e institucional).
- Se estrutura comitês de bacias nos Departamentos de Madre de Dios e Pando e Estado de Acre?

Deve-se trabalhar como está proposto no ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO DO RIO ACRE ? Comitês de Coordenação Local (CCL) no Brasil, Bolívia e Peru. Fazer uma Oficina de trabalho para retomar os compromissos assumidos neste X Fórum MAP.

Sugestões práticas de avanços e implementação

- Procurar o apoio da OTCA através do Projeto Manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços, considerando a variabilidade e as mudanças do clima para:
- Dar continuidade aos projetos pilotos do MAP e da Bacia do Rio Purus de forma complementar;
- Criar condições para que a proposta de Acordo de Cooperação tenha êxito (reuniões com MREs, Organismos Nacionais de Água);
- Estruturar uma base de funcionamento das oficinas técnicas para operação do Acordo de Cooperação;
- Elaborar o Plano da Bacia do Rio Acre / Purus com o apoio de ANA/Brasil, ANA/Peru e Ministério de Meio Ambiente e Água/Bolívia
- Criação de uma aliança internacional de intercâmbio de experiências – ÁGUAS SEM FRONTEIRAS (com colegiados dos países (institucional), representantes científicos / profissionais / temáticos)
- Estabelecer uma agenda de integração para desenvolver até o VII Fórum Mundial da Água
- Ter como exemplo o UE o de África > SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (14 países > Protocolo de Cursos de Águas Compartilhadas – 2000)



X FÓRUM MAP: “Novos caminhos para adaptação e resiliência a eventos extremos climáticos na Região MAP”
9 a 11 de novembro 2015, em Rio Branco – Acre- Brasil



II - GRUPO DE DIÁLOGO: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O fórum de discussão promovido pelo MAP representou uma excelente oportunidade de formação de novas parcerias, as quais irão contribuir com a formatação do projeto em construção com profissionais da Alemanha.

O sucesso deste projeto depende do envolvimento de atores dos três países da Região MAP. É um projeto multidisciplinar que pretende tratar do tema biodiversidade nos aspectos ambiental, social, econômico, institucional e político. Participaram do Grupo temático representantes das seguintes instituições:

- APMT – Bolívia;
- Consórcio Madre de Dios (CMDD);
- Corregimiento do Município de Ribeiralta – Beni;
- Embrapa;
- Frankfurt Zoological Society (FZS);
- Instituto Federal do Acre (IFAC);
- Jardim Botânico de Nova York;
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre – SEMA;
- Universidade da Flórida;
- Universidade de Madre de Dios – UNAMAD;
- Universidade Federal do Acre – UFAC.